**PELOS CAMINHOS DA TOPONÍMIA: O TROPEIRISMO NO PARANÁ DO SÉCULO XVIII E OS LOGRADOUROS DE FORTALEZA EM 1856**

*Along the paths of Toponymy: Tropeirism in Paraná in the 18th century and the streets of Fortaleza in 1856*

Artigo Original

Original Article

Artículo Original

*Por los caminos de la Toponimia: El Tropeirismo en Paraná del siglo XVIII y las calles de Fortaleza en 1856*

Gleilson Angelo da Silva\*1,

1Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR), doutorando em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil.

\*Correspondência: angelosilva002@gmail.com.

Artigo recebido em 05/08/2020 aprovado em 16/06/2021 publicado em 26/04/2022.

**RESUMO**

O estudo da Toponímia pode ser abordado em diferentes contextos e em diversas áreas demonstrando não somente sua versatilidade como a compreensão dos variados fenômenos que ocorrem no tempo e no espaço perpassando por processos e dinâmicas de cunho político, social, econômico, cultural, dentre outros. A origem da nomenclatura de cidades, estradas e vilas, tal como caminhos retoma discussões acerca da forma de nomeação de lugares e traça uma construção histórica, geográfica, antropológica, caracterizando-os de acordo com o momento. Os objetivos norteiam a construção deste artigo, tal como: entender a formação de nomes para os lugares, compreender os fenômenos no tempo e no espaço e relacioná-los com os topônimos, analisar dois contextos em que a toponímia pode ser abordada a partir dos processos observados. A metodologia utilizada permitiu o cruzamento entre os dois contextos e provém de um conjunto de vetores no qual foi utilizado um que possibilitou a abordagem neste artigo. Os dois estudos possuem similaridades no que diz respeito à construção dos topônimos, apesar das unidades léxicas serem diferentes, mas a ideia de denominar um lugar a partir das características que o envolve é nítida, do mesmo jeito que a necessidade de localização aparece claramente nos objetos comparados.

**Palavras-chave:** Espaço. Toponímia. Lugar.

*ABSTRACT*

*The study of Toponymy can be approached in different contexts and in several areas demonstrating not only its versatility, but also the understanding of the various phenomena that occur in time and space through processes and dynamics of a political, social, economic, cultural nature, among others. The origin of the nomenclature of cities, roads and towns, as paths resumes discussions about the way of naming places and traces a historical, geographical, anthropological construction, characterizing them according to the moment. The objectives guide the construction of this article, such as: understanding the formation of names for places, understanding the phenomena in time and space and relating them to toponyms, analyzing two contexts in which toponymy can be approached from the observed processes. The methodology used allowed the crossing between the two contexts and comes from a set of vectors in which one was used that enabled the approach in this article. The two studies have similarities with regard to the construction of toponyms, although the lexical units are different, but the idea of naming a place from the characteristics that surrounds it is clear, in the same way that the need for localization clearly appears in the objects compared.*

***Keywords:*** *Space. Toponymy. Place.*

*RESUMEN*

*El estudio de la Toponymy se puede abordar en diferentes contextos y en varias áreas demostrando no sólo su versatilidad, sino también la comprensión de los diversos fenómenos que se producen en el tiempo y el espacio a través de procesos y dinámicas de carácter político, social, económico, cultural, entre otros. El origen de la nomenclatura de ciudades, caminos y pueblos, a medida que los caminos reanuda las discusiones sobre el camino de nombrar lugares y traza una construcción histórica, geográfica, antropológica, caracterizando de acuerdo con el momento. Los objetivos guían la construcción de este artículo, tales como: entender la formación de nombres para los lugares, entender los fenómenos en el tiempo y el espacio y relacionarlos con los topónimos, analizando dos contextos en los que la toponía puede ser abordada desde los procesos observados. La metodología utilizada permitió el cruce entre los dos contextos y proviene de un conjunto de vectores en el que se utilizó uno que permitió el enfoque en este artículo. Los dos estudios tienen similitudes con respecto a la construcción de topónimos, aunque las unidades léxicas son diferentes, pero la idea de nombrar un lugar a partir de las características que lo rodean es clara, de la misma manera que la necesidad de localización aparece claramente en los objetos comparados.*

***Descriptores****:* *Espacio. Toponimia. Lugar.*

**INTRODUÇÃO**

A denominação dos lugares reflete o modo como eles foram construídos ao longo dos anos, pois algumas marcas podem ter sido deixadas no tempo e, sobretudo, no espaço (ou não) decorrente de vários fatores: geográficos, históricos, sociais, políticos, culturais, econômicos, dentre outros. Através da toponímia (disciplina que estuda a denominação dos lugares) (ANDRADE, 2015) um dos ramos da Onomástica (Ciências Linguísticas), compreenderemos como as nomenclaturas de ruas, bairros, cidades e regiões surgiram e sofreram modificações no espaço sob a influência de agentes externos e internos sejam eles quais forem. Contudo, é necessário entender como a denominação acontece em seus diferentes âmbitos mesmo em contextos totalmente diferentes, pois, somente assim, entenderemos como um lugar se formou como tal.

Segundo Moreira (2006) e Dick (1990b), a Toponímia é muito importante para perpetuar a história de uma comunidade, vila, povoado, cidade, resultado de diversos elementos. O início dos estudos sobre os nomes dos lugres ocorre ainda no final do século XIX através de autores como Auguste Longdon (1878) e por todo o século XX como o Professor Teodoro Sampaio, em *O tupi na Geografia nacional* (1901); Auguste Vincent, em *Que signifient nos noms de lieux?* (1947); Armando Levy, em *Toponímia brasílica* (1961); Carlos Drumond, em *Contribuição do Bororo à toponímia Brasílica* (1965), Maria Dick, em *A motivação toponímica* (1980), dentre outros(as).

Deste modo, compreenderemos como as designações contribuem para o estudo dos lugares a partir do ato de denomina-los e como estas modificações deixaram sua marca no espaço não somente física, mas simbolicamente (ABREU, 2017). Ferreira (2000) demonstra que, as relações que acontecem no espaço podem ser explicitadas quando o denominamos, pois estará também explicitado todo um contexto que envolve estas relações. Assim, podemos compreender, em um primeiro momento, que há uma intencionalidade nas designações e que elas não surgem casualmente.

No decorrer deste artigo, foi elencado alguns elementos que fazem parte da designação de certos lugares para, a partir destes fazer uma breve comparação entre dois estudos no qual a toponímia é abordada por meio dos contextos diferentes: O caminho dos Tropeiros no Paraná do século XVIII e os logradouros do Centro de Fortaleza do século XIX. As características peculiares de cada época remontam aos processos e fenômenos que serão explicitados e auxiliam na construção do verbete toponímico em ambos os casos, possibilitando o entendimento de parte da construção histórica e geográfica, tal como linguística a partir de elementos provindos de diferentes origens.

**OS VETORES SIGNIFICATIVOS E A SUA APLICAÇÃO NOS CONTEXTOS APRESENTADOS**

A metodologia utilizada para os objetos de estudos correlacionados permitiu a compreensão dos fenômenos nos dois contextos e possibilitou a abordagem do tema. Esta metodologia está presente no artigo intitulado: *Festas religiosas, santuários naturais e vetores de Lugares simbólicos* (OLIVEIRA, 2011), no qual são apresentados três vetores significativos para a compreensão de determinados eventos (que podem estar diretamente ou indiretamente ligados entre si) e podem ser inter-relacionados de acordo com a escolha teórico-metodológica e sua relação no tempo e no espaço.

Dividido em três vetores, cada qual apresenta uma visão acerca de um ou mais objetos estudados, seja um lugar simbólico ou não, sendo o primeiro deles, o mítico-religioso, possuindo uma carga irracional (TERRIN, 1996), contendo fundamentos educativos avocando hierarquias e saberes; o segundo, chamado Político-Turístico, traz a racionalidade e apresenta o papel da gestão pública institucional na modernidade (MOESCH, 2000), o terceiro, mediático-ecossistêmico ou mediático-sustentável, se caracteriza pelo controle das informações, sendo o reflexo de uma economia dos bens simbólicos (FERRARA, 2008; OLIVEIRA, 2011).

A ideia consiste em elencar um objeto de estudo por meio de um fenômeno e relacioná-lo com outro objeto ou fenômeno ou evento, por meio dos vetores, e analisar as aproximações ou distanciamentos empíricos e/ou teóricos construindo um modelo para o estudo comparativo. Neste artigo, foi elencado dois objetos de estudo e, a partir dos vetores, eles puderam ser analisados por meio dos fenômenos em comum que aparecem em ambos os casos. Desta forma, cada objeto foi identificado como um dos componentes do modelo e, também, foi elencado um dos vetores para que pudesse embasar a discussão.

Para associar os objetos de estudo foram adotadas três letras: o X referindo-se ao objeto inicial ou principal que foi apresentado e/ou explicitado (no caso a influência do tropeirismo na toponímia paranaense); o Y ou espelho, que se trata do objeto de estudo comparativo no qual foi analisada características e particularidades (os logradouros de Fortaleza do século XIX) e o Z que é o resultado da comparação e/ou interpretação entre X e Y, evidenciando divergências e convergências entre o objeto de estudo e o objeto comparado que pode ser encaixado em um dos vetores apresentados (OLIVEIRA, 2011).

O vetor mais significativo, a partir das ideias elaboradas para X e vistas em Y, foi o do Mítico-Religioso, pois envolveria a ideia subjetiva de denominação dos lugares independentemente da época e dos elementos constituintes que foram estabelecidos em ambos os casos. Embora os dois exemplos tenham alguns distanciamentos a simbologia que exercem são bem significativas se levarmos em consideração o campo simbólico no qual as ideias e intenções influenciam e são influenciadas por agentes em suas mais variadas formas e resultam em um verbete toponímico.

Um modelo que pode ser adotado tanto para o objeto de estudo quanto para o estudo comparativo está pautado na ideia de conhecimento e norteamento contendo um conjunto de crenças e sentimentos aliados as vivências e experiências, uma vez que, em ambos podemos constatar o fato da delimitação ou demarcação de algo seja em fixar os nomes em certas localidades através de elementos comuns aos tropeiros como em elaborar planos urbanísticos para um controle social e reorganização urbana. A figura 1 representa o esquema observado a partir da relação entre os dois objetos de estudo e a pequena análise entre eles por meio dos vetores.

**Figura 1.** Esquema dos objetos de estudo e do vetor utilizado na metodologia.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar de um espaço temporal totalmente diferente bem como o seu contexto, X e Y possuem sujeitos interlocutores de Z como, por exemplo, os agentes formadores e modeladores do espaço, seja com a abertura de caminhos rumo ao interior do Paraná seja o desenvolvimento da Fortaleza do século XIX impulsionada pela produção algodoeira e concentração de investimentos fazendo com que ela se desenvolvesse rapidamente. Por meio de mapas e tabelas foi possível elencar os elementos pertinentes nos dois contextos para compreender a relação entre Toponímia e Geografia.

**O CAMINHO DOS TROPEIROS NOS SÉCULOS XVIII E XIX E SEU CONJUNTO TOPONÍMICO**

O contexto no qual o tropeirismo está inserido deve ser considerado, uma vez que, a organização espacial se estendia ao Império Lusitano no qual também fazia parte outros territórios em vários continentes. Desta forma, o próprio sistema econômico no qual o Brasil colonial estava submetido também deve ser compreendido para apreender os motivos que levaram várias tropas ao interior da colônia, especificamente o Brasil.

O papel de alguns agentes presentes neste período figura como um dos elementos que influenciaram na organização espacial como na própria criação de um verbete associado ao lugar. Alguns autores importantes apontam os agentes modeladores das cidades no Brasil Colônia como Reis Filho (1968) e Vasconcelos (2006). A partir deles, é possível analisar a organização espacial e o lugar neste recorte temporal, de modo que, o sistema lusitano, partindo do princípio de que a coroa espanhola havia achado riquezas em seus domínios despertou em Portugal o desejo de explorar outras riquezas para além das que já haviam encontrado.

Segundo Reis Filho (1968), a necessidade de demarcar territorialmente o Brasil para garantir a exploração e a defesa contra invasores, piratas, contrabandistas e demais ameaças fez com que a coroa investisse em escolas militares nas principais vilas determinando, assim, um maior contra-ataque contra forças externas e a obtenção de um controle territorial no interior da colônia por meio do aprimoramento de técnicas militares vindas da Europa.

Do ponto de vista espacial, associado aos nomes de lugares provindos da inter-relação destes elementos, Dick (1987, p. 8) demonstra que,

Observando os diferentes sistemas culturais, em que os topônimos, ou nome dos lugares, se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para [...], num aprofundamento, procurar compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social.

Assim, a abordagem feita em dois contextos diferentes busca não somente fazer uma comparação, mas elencar também os motivos pelos quais essas denominações ocorreram e os agentes responsáveis pelas mudanças. Apontar estes agentes que fazem parte desse processo é de fundamental importância para analisar como o processo histórico aconteceu nos dois estudos de caso.

Na dissertação de Moreira (2006) intitulada: *A toponímia paranaense na rota dos tropeiros: Caminho das Missões e Estrada de Palmas,* observamos como os topônimos foram importantes para a localização daqueles que caminhavam pelo interior do Paraná até o sul de São Paulo. As paradas e lugares de descanso eram denominados a partir de suas características particulares que faziam deles locais de orientação para que os tropeiros pudessem guiar-se, embora alguns já possuíssem conhecimento através dos indígenas que já se localizavam por elementos naturais.Os caminhos feitos pelos tropeiros podem configurar uma série de nomenclaturas de localidades que se tornaram cidades a partir de certos elementos que compõem a paisagem.

No século XVII, com a chegada dos espanhóis à Cordilheira dos Andes e a identificação do grande volume de minerais preciosos, ocorre o início de um fenômeno sócio-econômico com repercussão em toda a América Latina – o Tropeirismo (FERRAZ, 2002).

Os acidentes físicos e humanos da zona rural de 22 municípios do Paraná demonstram que, os aspectos sociais, históricos, geográficos e etno-linguísticos se relacionam nas mais diferentes denominações. Os aspectos políticos e econômicos foram os que desencadearam esta série de nomenclaturas a partir da rota dos tropeiros partindo de uma necessidade de criar entrepostos comerciais e conquista de território. Moreira (2006, p. 1328) afirma que,

a pesquisa teve como objetivos gerais identificar, catalogar e analisar os topônimos dos acidentes físicos e humanos dos 22 municípios em território paranaense relativos ao ciclo econômico do Tropeirismo e como objetivos específicos analisar os topônimos quanto à motivação e verificar em que proporção o Ciclo do Tropeirismo deixou marcas na toponímia dos municípios investigados. Uma das hipóteses que orientaram este estudo foi a de que a toponímia dos municípios pesquisados reflete o Ciclo econômico do Tropeirismo na sócio-história do Estado do Paraná.

No caso, se elencarmos os diferentes nomes dados aos pontos de paradas, observaremos que eles faziam uma relação entre várias categorias elaboradas por Dick (1987) a partir da origem dos topônimos: os *fitotopônimos* (topônimos denominados a partir da vegetação), *zootopônimos* (relacionados aos nomes de animais), *hidrotopônimos* (associado aos acidentes hidrográficos), *antrotopônimos* (referente ao nome de pessoas, alcunha ou nome de famílias) e *animotopônimos* (ligado à vida psíquica, à cultura espiritual, não pertencendo à cultura física).

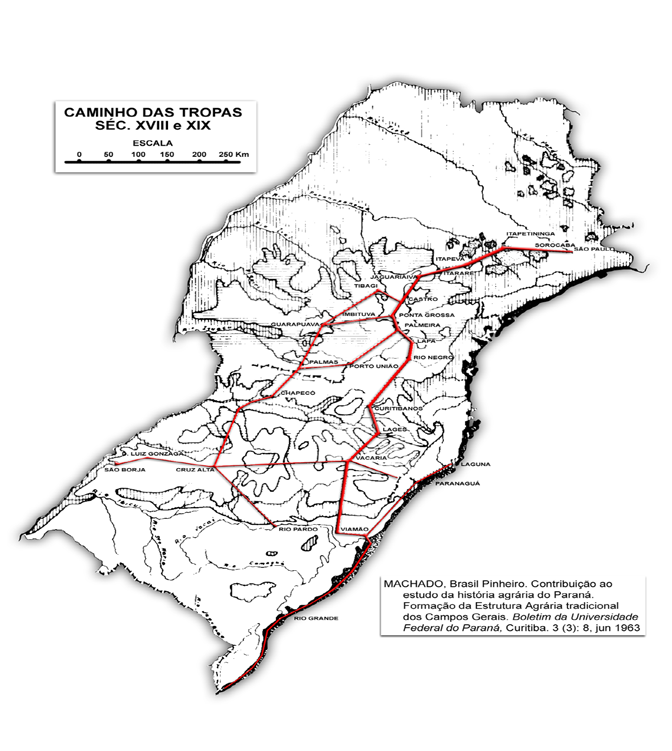
Cada uma dessas categorias traz consigo subtópicos que formam a base para a discussão da denominação dos lugares, uma vez que, elas são produtos de uma série de elementos materializadas no espaço a partir dos topônimos. Deste modo, Halbwachs (1990) afirma que a formação, manutenção e transformação da memória coletiva possuem fatores como o tempo, o lugar e o próprio grupo social trazendo consigo uma carga de lembrança no qual, dependendo da intenção e força dessa memória, pode se propagar, se estender e se perpetuar no espaço ou simplesmente deixar de existir. Então, para um grupo no qual a caminhada pelo interior do Paraná significava uma forma de conhecer o território e, ao mesmo tempo, a busca por riquezas, localizar-se em uma região ainda inexplorada foi de fundamental importância para que houvesse um contato entre o local de partida com o de chegada.

Os agentes que fazem parte do ciclo do tropeirismo são os responsáveis diretos ou indiretos para que se formasse a denominação dos lugares, uma vez que, o processo de ocupação do Paraná teve como principal fio condutor o econômico com inúmeros ciclos que, de certa forma, mapearam toda aquela área e, a partir do entrecruzamento de caminhos, sugiram vilas e depois cidades, constituindo, posteriormente, um sistema de organização espacial. Deste modo, conquistar para explorar era o mais apropriado para estabelecer uma rede de caminhos que servissem para o escoamento de produtos e como via de passagem (SILVEIRA, 1998). Então, constitui parte desses agentes a própria coroa portuguesa com o intuito de explorar o território e os próprios tropeiros que eram homens de prestígio na sociedade que formaram tropas e rebanhos e tinham poder aquisitivo (ALMEIDA, 2009). Esta denominação de *tropeiros*, segundo Trindade (1992), era o designo para aqueles homens que possuíam a habilidade para a negociação e a formação de tropas bem como a condução de animais percorrendo os caminhos do sul (Figura 2).

Além da coroa, de acordo com Vasconcelos (2006) fazem parte dos agentes modeladores das cidades coloniais: a igreja, ligada ao Estado e representada pelo Padroado e pelas ordens religiosas; as ordens leigas, associações de leigos, mulheres e homens, cujo objetivo era ajuda mútua, caridade, dentre outras funções; O Estado, destacando-se no apoio das atividades econômicas ligadas aos funcionários, ao clero e a realeza simbolizada pela coroa, seus representantes e pela câmara, principal equipamento deste período, responsável pela arrecadação de impostos, controle de preços, ordem social, dentre outros; os agentes econômicos que são representados pelos proprietários rurais, comerciantes, financistas e artesãos e a população e os movimentos sociais, representados por uma classe média, assalariados livres que exerciam funções públicas.

A partir dos elementos mencionados, Moreira (2006) espacializou o caminho das tropas e a formação de uma rede ainda nos séculos XVIII e XIX. É importante atentar para o cruzamento dos caminhos ou até mesmo o sentido destes como uma forma de compreender o surgimento de cidades e o estabelecimento, posteriormente, de rodovias.

**Figura 2.** Caminho das tropas século XVIII e XIX.



Fonte: Machado (1963).

Mas, é especificamente nos tropeiros dessa região no século XVIII em que a dissertação mencionada se baseia para entender os topônimos a partir da classificação dos mesmos. Analisando os diversos locais que foram denominados percebemos que sempre houve a interligação entre uma feição geográfica com o momento em que os tropeiros se estabeleceram, ou seja, um fato marcante naquela localidade originou seu nome de acordo com Moreira (2006).

Muitas destas possuem uma *hibridização* de elementos externos. Moreira (2006), por exemplo, afirma que, a partir de uma unidade léxica como *Faxinal, Capão, Mata, Floresta, Mato, Pinhal, Pinhão,* dentre outros, fazendo parte da vegetação local, podemos observar a variação de denominações, tais como: *Faxinal da Pinguela, arroio do Capão, Florestópolis, Estrada da Mata, Mato Branco de Baixo, Pinhal, rio Pinhão*. Como exemplos de lugares onde sua denominação foi constituída a partir de nome de animais fazendo menção aos pontos geográficos e os animais presentes (ou não) na paisagem, temos: *bairro Carneiro, Serra da Mula, morro da Arara, povoado Iratim, córrego Burro Bravo, povoado Marrecas de Baixo.* A água sempre esteve presente nos caminhos dos tropeiros e os *hidrotopônimos* possuem inúmeras variações como em *Água Comprida, arroio Água Branca, Cachoeirinha, rio Barra da Anta, rio da Areia*. Os *Antropônimos* são complexos, pois, dos topônimos apresentados este é a que mais apresenta a força de um grupo social evidenciando, geralmente, uma família que tem algum poder, nomes históricos ou conhecidos na região, como é o caso de *Coronel Domingos Soares (antiga Palmas), Prudentópolis (antiga Vilinha) e Castro (antiga Freguesia de Santana do Iapó).*

Enfim, muitas dessas denominações permaneceram enquanto que, outras foram modificadas e, dentro desta discussão, podemos elencar a força que memórias de um pequeno grupo pode incidir sobre outras (ABREU, 2017). Assim, perceberemos que, ao longo do tempo, muitos topônimos foram sendo esquecidos, transformados, relembrados ou, simplesmente deixaram de existir, embora alguns ainda permaneçam mesmo com essas mudanças como é o caso das serras, dos rios, de algumas feições, porém o que mudou provavelmente sejam as florestas substituídas por cidades, capões, caminhos que se tornaram estradas e outras que desapareceram.

Moreira (2006) pesquisou cerca de 1788 topônimos em relação aos municípios e, dentre estes, 201 estavam ligados direta ou indiretamente ao Tropeirismo mostrando sua ligação ínfima com o conjunto de processos e fenômenos que fizeram parte do ciclo desde o seu início. A tabela 1 apresenta uma parte da classificação dos topônimos encontrados durante a pesquisa.

**Tabela 1.** Topônimos relativos ao Ciclo do Tropeirismo – Estrada de Palmas.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Acidente** | **Topônimo** | **Classificação Taxionômica** |
| Colônia | Faxinal dos Lemos | Fitotopônimo |
| Distrito | Arroio do Gado | Hidrotopônimo |
| Povoado | Campina do Tigre | Fitotopônimo |
| Povoado | Passo da Ilha | Hodotopônimo[[1]](#footnote-1) |
| Córrego | Campo Novo | Fitotopônimo |
| Córrego | do Gado | Zootopônimo |
| Ribeirão | do Passo da Ilha | Hodotopônimo |
| Ribeirão | do Pouso Bonito | Sociotopônimo[[2]](#footnote-2) |
| **MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA** | | |
| Colônia | da Encruzilhada | Cardinotopônimo[[3]](#footnote-3) |
| Povoado | Encruzilhada | Cardinotopônimo |
| Colônia | Passo do Iguaçu | Hodotopônimo |
| **MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS** | | |
| Povoado | Rondinha | Sociotopônimo |
| Arroio | do Campo Frio | Fitotopônimo |
| Arroio | do Cincerro | Ergotopônimo[[4]](#footnote-4) |
| Córrego | Burro Morto | Zootopônimo |
| Córrego | Rodeio | Sociotopônimo |
| Ribeirão | Rondinha | Sociotopônimo |
| Arroio | da Rondinha | Sociotopônimo |
| **MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN** | | |
| Arroio | Campinas | Fitotopônimo |
| Arroio | Lambe Pedra | Dirrematotopônimo[[5]](#footnote-5) |
| Arroio | do Campo Frio | Fitotopônimo |
| **MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL** | | |
| Povoado | Divisa | Cardinotopônimo |
| Povoado | Estiva | Hodotopônimo |
| Povoado | Passo do Meio | Hodotopônimo |
| Povoado | Pontilhão | Hodotopônimo |
| Arroio | das Mulas | Zootopônimo |
| Arroio | Passo Fundo | Hodotopônimo / Corotopônimo[[6]](#footnote-6) |
| Rio | dos Cochos | Ergotopônimo |
| Rio | da Estiva | Hodotopônimo |
| Rio | Passinho | Hodotopônimo |
| Rio | Passo do Meio | Hodotopônimo |
| Rio | do Pontilhão | Hodotopônimo |
| Rio | do Vau | Hodotopônimo |
| **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO** | | |
| Povoado | Guaiaca | Ergotopônimo |
| Povoado | Rio Baio I | Hidrotopônimo |
| Povoado | Rio Baio II | Hidrotopônimo |
| Povoado | Rio Baio III | Hidrotopônimo |
| Arroio | das Campinas | Fitotopônimo |
| Arroio | Guaiaca | Ergotopônimo |
| Arroio | dos Padilhas | Antropotopônimo |
| Arroio | Passo do Carlos’ | Hodotopônimo |
| Arroio | Passo do Rubens | Hodotopônimo |
| Arroio | Passo do Silva | Hodotopônimo |
| Arroio | Quebra Queixo | Dirrematotopônimo |
| Lagoa | Ferradura | Ergotopônimo |
| Rio | Bainha | Ergotopônimo |
| Rio | do Baio | Zootopônimo |
| Rio | da Ponte Torta | Hodotopônimo |
| Serra | do Baio | Zootopônimo |
| **MUNICÍPIO DE PALMEIRA** | | |
| Povoado | Cantagalo | Corotopônimo |
| Povoado | Encruzilhada | Cardinotopônimo |
| Ribeirão | Passo Fundo | Hodotopônimo / Corotopônimo |
| Rio | Passo Fundo | Hodotopônio / Corotopônimo |
| Rio | Tibagi | Sociotopônimo |
| Rio | Tibaginho | Sociotopônimo |
| Ribeirão | Tapera | Ecotopônimo |

Fonte: Moreira (2006).

De acordo com os dados apresentados, compreende-se que o conjunto toponímico reúne atividades e situações que pertenceram ao cotidiano dos tropeiros envolvendo elementos naturais e sociais, além de uma mistura de elementos linguísticos de origem tanto indígena quanto europeia. Os elementos típicos pertencentes aos acessórios, vestimentas e até mesmo modos de fazer foram levados em consideração para a construção de um verbete que denominou rios, ribeiras, lagos, dentre outros.

**O CONJUNTO TOPONÍMICO DOS LOGRADOUROS EM FORTALEZA**

Fazendo um paralelo com a dissertação intitulada *Vou à rua: estudos sobre os logradouros do Centro de Fortaleza através da Geografia e da Toponímia,* é necessário entender todo o contexto em que a pesquisa foi inserida e observar quais os parâmetros utilizados para compreender como os topônimos foram trabalhados, pois, neste caso o objeto de estudo enfatizou os logradouros (ruas, avenidas e praças) do Centro em Fortaleza. Outrora, o bairro era a própria cidade e, através das mudanças que ocorreram no âmbito econômico, político, social, comercial, financeiro no século XIX, Fortaleza tornou-se a principal vila, depois cidade, tendo como um dos grandes responsáveis por essas intensas transformações a sua localização, posteriormente, a produção do algodão que tinha os principais centros produtores no interior e o escoamento, feito através da linha férrea, modificou a geopolítica do Ceará, tornando a capital o principal entreposto entre o Brasil e a Europa (SILVA, 2009).

Diègues Junior (1960) apresenta a relação em várias partes do Brasil entre a criação e a construção (também a modificação) de verbetes para denominar desde logradouros até regiões estando refletidos nas cidades à medida em que estas foram crescendo e se desenvolvendo, paralelamente aos processos políticos e econômicos. Dick (2001, p. 80) explicita que “lugares identificados pela mesma base ou pela mesma matriz não traduzem igualdade de funções, mas podem significar identidade de valores”, ou seja, a aplicação de nomes de alguns lugares em outros nem sempre refletia a realidade do local, mas uma espécie de modismo como aconteceu com as vilas do Ceará colonial.

Isto é compreensível do ponto de vista de Seraine (1984, p. 109), apontando que

Há, no entanto, a registrar ainda aqueles termos chamados brasileirismos semânticos [...] Coroa, também croa [...]; Malhada [...], picada [...]. Os fatos de hibridismo (português e indígena) não são excepcionais [...]; Barra da Caponga, Buriti-dos-Oleiros [...]. Os topônimos de origem africana, já se acham incorporados ao português geral, ao menos no Norte e Nordeste do país [...] (Mocambo, Zumbi, Cacimba..) [..]. Contudo, no que tange às relações entre a toponímia e os fatos históricos no Brasil, o que deve merecer especial destaque ocorre apenas no século XVIII. Em 1758, o Marquês de Pombal, ministro do rei D. José I, utilizando-se de uma Ordem Régia datada de 6 de maio deste ano, determinou ao Governador de Pernambuco que aplicasse nomes de localidades portuguesas às aldeias brasileiras que, criadas pelos jesuítas, contassem mais de cinqüenta fogos, as quais deveriam desde então ser elevadas à categoria de cidades [...]... podem observar-se, então, como resultado do cumprimento da Ordem Régia, a substituição de vários topônimos primitivos, de origem indígena, por nomes de localidades portuguesas. Alguns destes se conservaram até o momento atual: Sobral, Crato, Granja, Viçosa, Arneirós, Messejana, Almofala. Estas duas últimas são de origem árabe.

A substituição da nomenclatura das vilas e a mistura de verbete com elementos de diversas origens apresentou uma significativa construção de topônimos que foram aplicados nos primeiros logradouros de Fortaleza. Silva (2019, p. 33) explicita que “alguns topônimos se cristalizam no espaço por força de um grupo ou da própria sociedade, de forma que, apresenta uma simbólica importância”. Porém, alguns destes topônimos não condizem com o lugar em que foram empregados, sendo possível identificar este fenômeno desde o tempo colonial causando, posteriormente, conflitos acerca da intenção de nomear logradouros e/ou cidades e vilas.

A constituição das vilas e, posteriormente, o crescimento das cidades foi o resultado de processos internos e externos que envolvem agentes em diversas escalas e permitiram a produção e a modificação do espaço urbano. Corrêa (2005, p. 122), esclarece como os processos estão imbricados na organização espacial, de maneira que

Entre processos sociais [...] e organização espacial [...] aparece um elemento mediador, que viabiliza que os processos sociais originem forma, movimento e conteúdo sobre o espaço. Este elemento viabilizador constitui-se em um conjunto de formas que atua ao longo do tempo e que permitem localizações, relocalizações e permanências das atividades e população sobre o espaço urbano. São os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial complexa que caracteriza a metrópole moderna. Tais processos são postos em ação pelos atores que modelam a organização do espaço, proprietários dos meios de produção, proprietários de terras, empresas imobiliárias e de construção [...] e o Estado…

Estes e outros fatores permitiram a compreensão da organização espacial ainda no século XIX, embora existisse a presença de outros agentes ou a ação dos mesmos que ainda perduram, mas de outras formas e por outros conceitos. Fortaleza estava fora de contexto até o final do século XVIII e início do século XIX, uma vez que, a sua fundação data de 1726, mas possuiu pouca importância até tornar-se capital (vinda de Aquiraz) (FARIAS, 2012). Alguns fatores fizeram com que Fortaleza se tornasse a capital alencarina.

O primeiro de cunho administrativo ocorre a separação do Ceará da Capitania Geral de Pernambuco [...]. O Ceará pode ter vida administrativa própria e comércio diretamente com o Reino. Por se tornar a casa dos governadores, vai usufruir da função administrativa obtendo posição de destaque como centro de convergência dos interesses burocráticos da região. Outro fator de relevo recai na transformação do incipiente porto da vila em ponto de escoadouro do algodão cearense, cuja cultura passa a ser promovida no interior em larga escala. Assim, a função comercial e função administrativa se consolidam mutuamente, num entrelaçado complexo ainda hoje principal responsável pela vida econômica da cidade (FORTALEZA, 1982).

A mudança repentina e o rápido crescimento urbano e demográfico da vila, depois, cidade trouxeram consigo inúmeras transformações espaciais em um curto espaço de tempo. A começar pela alteração na denominação dos logradouros que aconteceu durante todo o século XIX podendo ser observado em livros e crônicas que falam sobre a história de Fortaleza. No início as ruas eram denominadas a partir de um elemento particular como os grandes edifícios públicos [*rua da* *Assembleia, rua da Intendência, rua do Quartel, rua da Cadeia* (LOPES, 2001)], mas também características afeitas aos moradores que, no intuito de se localizarem, utilizavam-se de elementos naturais [*Rua do Cajueiro, rua do Pajeú, rua da Pitombeira, largo do Garrote* (LOPES, 2001)].

Como afirma Dick (1987, p. 87), “o topônimo não é algo estranho [...] ao contexto histórico-político da comunidade. Ao contrário, reflete, [...], a própria distância ontológica do social [...] que está de uma profunda carga significativa”, ou seja, a denominação dos logradouros, em um primeiro momento, refletia o modo como os moradores elencavam alguns elementos e isso perdurou até a metade do século XIX quando houve as primeiras modificações nas denominações das ruas, avenidas e praças do Centro.

A partir da planta de 1810 feita pelo capitão Francisco Marques Giraldes, Fortaleza conhecia seus contornos e caminhava para uma remodelação e expansão nos anos subsequentes (ANDRADE, 2012), embasadas tanto no âmbito econômico, uma vez que, a cidade tornou-se foco de investimentos de diferentes setores seja público ou privado, pois o momento auspicioso tornava a capital cada vez mais atrativa refletindo na sua morfologia urbana. A partir desta planta no qual o capitão faz uma breve descrição da paisagem natural observamos que, ao longo do século XIX e início do século XX muitos escritores, cronistas, historiadores, políticos, engenheiros, médicos, advogados, professores, contribuíram significativamente para entendermos como Fortaleza se estruturou a partir de suas descrições. Assim, podemos concordar com Tuan (1983) quando elenca a memória individual como uma visão sobre o seu ambiente a partir das experiências e vivências do local.

Deste modo, compreendemos a partir destes relatos como os logradouros foram alterados e, essa mudança significativa reafirma a ideia de lugar e seu significado, não no âmbito físico, pois a rua, avenida, praça será a mesma, mas no aspecto simbólico. A partir da metade do século XIX quando as denominações populares começam a ser substituídas por uma *antroponímia* há uma modificação na designação dos logradouros, muitos deles a partir de projetos de lei de deputados tendenciosos, de certa forma, enfatizando alguma figura do cenário político local, regional ou nacional (AZEVEDO, 2001). A partir de uma lógica no qual uma memória coletiva tende a sobrepor-se à uma individual perceberemos de que modo esta cidade foi constituída do ponto de vista simbólico e, não somente isso, trazer para o presente e perceber como essas mudanças ainda permanecem mesmo depois de longos anos sem uma mudança considerável.

Girão (1979, p. 115) descreve bem como a planta de 1856 apresenta a disposição dos logradouros e faz uma relação direta com a planta (anterior) de Antônio Simões de Farias de 1850.

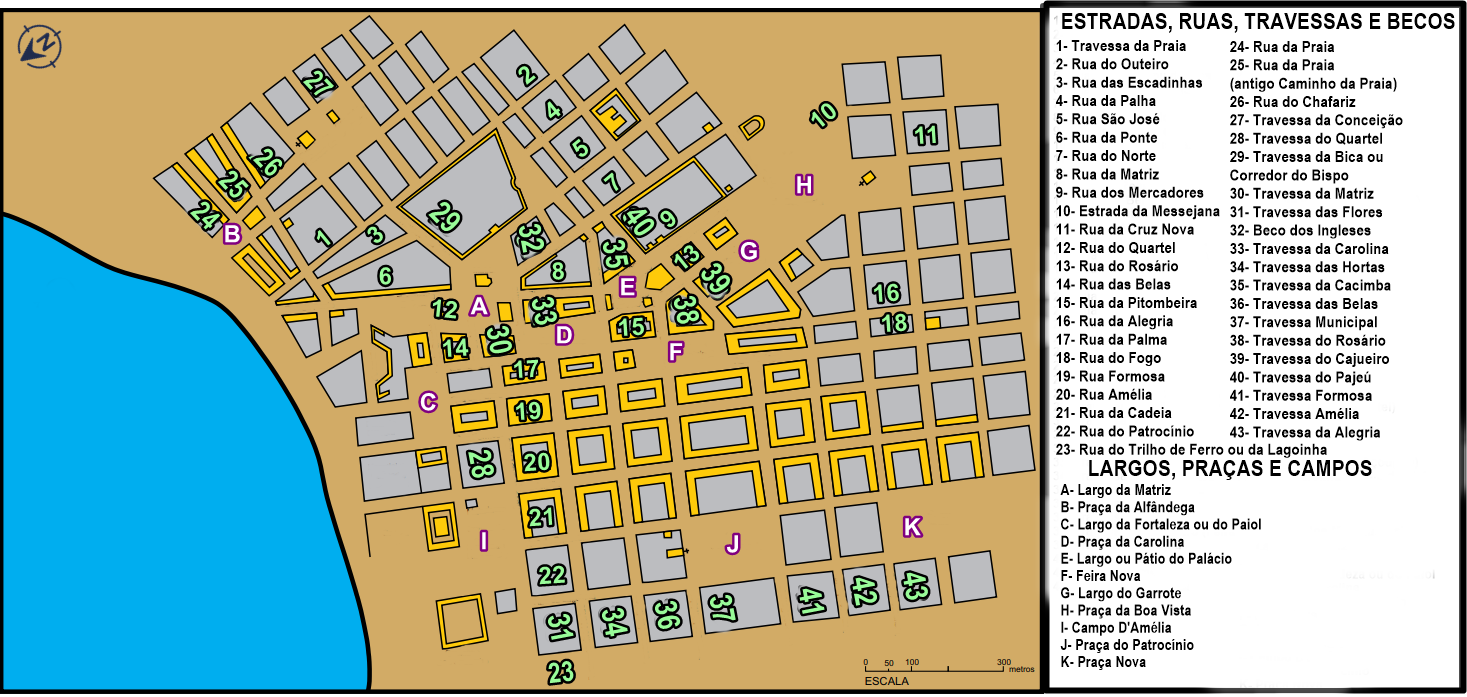
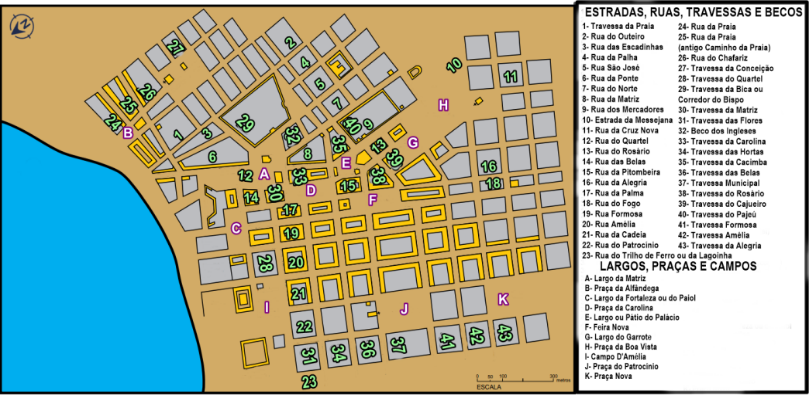
Aludido desenho mostra-nos que a cidade já se definira integralmente no esquema projetado por Silva Paulet. A rua da Boa Vista (nos sucessivos trechos: rua das Belas, da Pitombeira e da Alegria) aparece retificada, seguida paralelamente, rumo sul, pelas ruas da Palma (Major Facundo), Formosa (Barão do Rio Branco), Amélia (Senador Pompeu), Patrocínio (General Sampaio), esta última apenas esboçada. Cruzando-se perpendicularmente, vêem-se as **travessas** do Quartel (Dr. João Moreira), das Flôres (Castro e Silva), das Hortas (Senador Alencar), das Belas (São Paulo), Municipal (Guilherme Rocha), Formosa (Liberato Barroso), Amélia (Pedro Pereira), Alegria (Pedro I), onde se acabavam as edificações.

A rua do Quartel ou rua Larga, ao lado leste da Carolina, não se achava completamente traçada; e a travessa das Flôres ainda não atingira a Praça da Sé, o que somente se deu em 1859, com o sacrifício da travessa da Matriz. À direita do rio Pajeú, o começo da rua do Sampaio, a esse tempo, chamada rua do Norte; e, na praia, algumas construções que formariam as ruas do Chafariz (José Avelino) e da Alfândega (Dragão do Mar). As denominações estão presentes na figura 3 divididas entre: estradas, becos, ruas e travessas que possuem características particulares deste conjunto toponímico.

Em relação às primeiras denominações, a planta de 1856 traz mudanças significativas, de modo que, a cidade passou por transformações profundas tanto na sua morfologia urbana como iniciou uma série de intervenções que se intensificaram no final do século XIX, sobretudo a partir de 1860 quando a cidade passa por um processo de embelezamento (*belle époque*). Baseado no conjunto toponímico apresentado em 1856, a tabela 2 apresenta a classificação toponímica semelhante ao que foi apresentado no objeto de estudo anterior referindo-se ao tropeirismo.

A partir de 1856, observaremos uma mudança radical na denominação dos logradouros do Centro no qual se incluem não somente uma *antroponímia/axiotoponímia* (*rua Comendador Luís Ribeiro, rua Manoel Bezerra, rua Dr. Francisco Salgado, rua Senador Jaguaribe, Boulevard Duque de Caxias*), mas a inserção de números a partir de 1888 (*travessa nº 1, rua nº 5A, rua nº 15B, rua nº 17*) voltando para uma *antroponímia* a partir de 1891 (*rua* *Barão do Rio Branco, rua, Senador Pompeu, rua Liberato Barroso, rua Guilherme Rocha, Rua São Luiz, Avenida Engenheiro Saboia Ribeiro*) (LOPES, 2001).

**Figura 3.** Logradouros de Fortaleza em 1856.



Fonte: Silva (2019).

**Tabela 2.** Classificação léxico-semântica dos logradouros de Fortaleza em 1856.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOGRADOURO** | **TOPÔNIMO** | **TAXONOMIA** |
| Travessa do/da(s) | Praia | Geomorfotopônimo[[7]](#footnote-7) |
| Rua do/da(s) | Outeiro | Geomorfotopônimo |
| Rua do/da(s) | Escadinhas | Sociotopônimo |
| Rua do/da(s) | Palha | Fitotopônimo |
| Rua do/da(s) | São José ou da Boa Hora | Hagiotopônimo[[8]](#footnote-8) |
| Rua do/da(s) | Ponte (da rua da Praia ao Largo da Sé) | Hodotopônimo |
| Rua do/da(s) | Norte | Cardinotopônimo |
| Rua do/da(s) | Matriz (do Largo da Sé à travessa do Erário) | Hagiotopônimo |
| Rua do/da(s) | Mercadores | Sociotopônimo |
| Estrada do/da(s) | Messejana | Corotopônimo |
| Rua do/da(s) | Cruz Nova | Hierotopônimo e Cronotopônimo[[9]](#footnote-9) |
| Rua do/da(s) | Quartel | Sociotopônimo |
| Rua do/da(s) | Rosário | Hagiotopônimo |
| Rua do/da(s) | Belas (Largo da Fortaleza até à Praça da Carolina) | Animotopônimo |
| Rua do/da(s) | Pitombeira (Praça da Carolina à Feira Nova) | Fitotopônimo |
| Rua do/da(s) | Alegria (a partir da Feira Nova) | Animotopônimo |
| Rua do/da(s) | Palma (Largo da Fortaleza à Feira Nova) | Fitotopônimo |
| Rua do/da(s) | Fogo (a partir da Feira Nova) | Animotopônimo |
| Rua do/da(s) | Formosa | Animotopônimo |
| Rua do/da(s) | Amélia | Antropônimo |
| Rua do/da(s) | Cadeia | Sociotopônimo |
| Rua do/da(s) | Patrocínio | Hagiotopônimo |
| Rua do/da(s) | Trilho de Ferro ou Lagoinha | Sociotopônimo |
| Rua do/da(s) | Praia | Geomorfotopônimo |
| Rua do/da(s) | Praia (antigo Caminho da Praia) | Geomorfotopônimo |
| Rua do/da(s) | Chafariz | Sociotopônimo |
| Travessa do/da(s) | Conceição | Hagiotopônimo |
| Travessa do/da(s) | Quartel | Sociotopônimo |
| Travessa do/da(s) | Bica e Corredor do Bispo | Sociotopônimo e Hierotopônimo |
| Travessa do/da(s) | Matriz (da atual rua São José à rua do Quartel) | Hagiotopônimo |
| Travessa do/da(s) | das Flores | Fitotopônimo |
| Beco do/da(s) | Ingleses | Etnotopônimo |
| Travessa do/da(s) | Carolina | Antropônimo |
| Travessa do/da(s) | Hortas (também chamada de R. do Açougue) | Sociotopônimo |
| Travessa do/da(s) | Municipal | Sociotopônimo |
| Travessa do/da(s) | Erário ou da Cacimba | Sociotopônimo |
| Travessa do/da(s) | Cajueiro (Feira Nova à rua dos Mercadores) | Fitotopônimo |
| Travessa do/da(s) | Pajeú | Hidrotopônimo |
| Travessa do/da(s) | Formosa | Animotopônimo |
| Travessa do/da(s) | Amélia | Antropônimo |
| Travessa do/da(s) | Alegria | Animotopônimo |
| Praça do/da(s) | Carolina | Antropônimo |
| Praça do/da(s) | Boa Vista | Animotopônimo |
| Praça do/da(s) | Feira Nova | Sociotopônimo e Cronotopônimo |
| Praça do/da(s) | Patrocínio | Hagiotopônimo |
| Praça do/da(s) | Nova | Cronotopônimo |
| Praça do/da(s) | dos Educandos | Sociotopônimo |
| Praça do/da(s) | da Lagoinha | Hidrotopônimo |
| Praça do/da(s) | Alfândega | Sociotopônimo |
| Largo do/da(s) | Matriz | Hagiotopônimo |
| Largo do/da(s) | Garrote | Zootopônimo |
| Largo do/da(s) | Fortaleza ou Paiol | Sociotopônimo |  |
| Largo do/da(s) | Palácio (ou Pátio) | Sociotopônimo |
| Campo do/da(s) | D’Amélia | Antropônimo |  | |

Fonte: Batista (2011); Dick (1990b); Cunha (1990); Dicionário de ruas de Fortaleza[[10]](#footnote-10). Adaptado pelo autor (2019).

De acordo com Silva (2019, p. 154),

A mudança nos nomes dos logradouros altera o sentido simbólico de lugar e a localização se torna cada vez mais difícil, mas se os nomes fossem substituídos por números? Distribuídas com uma certa lógica elas podem auxiliar na referência, mas esta alteração repentina não traz esclarecimento, visto que, a malha viária de Fortaleza já possuía uma verta identidade com a denominação de seus logradouros.

A polêmica da substituição drástica do conjunto toponímico de logradouros em Fortaleza no final do século XIX teve inspiração em outro plano utilizado no início do mesmo século na cidade de Nova York (1811) no chamado *Comissioner’s Plan[[11]](#footnote-11).* A sua intenção para a época em que foi elaborado é significativo, enquanto que, a utilização do sistema numérico na capital alencarina estava fora de contexto. Girão (1979, p. 187-188) explicita que

com a resolução de 29 de outubro de 1890, substituem os vereadores, por números, os nomes das ruas, à moda de Nova York, e trocaram por outros os das praças [...]. Art. 1º - Fica suprimida a denominação existente das ruas da cidade e substituída por numeração, pela forma assim determinada: da Rua Formosa para o nascente tôdas as ruas serão ímpares e para o poente pares; do Boulevard Duque de Caxias para o norte ímpares e para o sul pares, ficando tôdas elas dispostas, no sistema adotado.

Uma opção política de esquecer o período anterior na história do país (monarquia) foi a principal causa desta mudança radical, uma vez que, alguns deles faziam menção a personalidades do Império. *Zerando* as ruas seria um simbólico início de um novo tipo de governo com possibilidades futuras de elencar novas personalidades que substituíssem a numeração imposta. Porém, como já foi dito, não durou muito tempo, uma vez que, em 1891 todos os nomes antigos retornaram (SILVA, 2019).

Após este episódio, poucas ou quase nenhuma das ruas, avenidas e praças modificaram sua denominação convergindo os investimentos reorganização espacial visto que, o Centro desde os anos 1930 sofreu uma série de intervenções e, neste âmbito, Fortaleza cresceu, se expandiu criando novas centralidades (PONTE, 2014). Mas, o Centro ainda continua recebendo um contingente diário de pessoas que compram, trabalham, moram ou simplesmente passeiam pelo bairro.

**CONSIDERAÇÕES**

A partir do vetor escolhido para analisar os dois objetos de estudo foi possível levantar algumas considerações e, ao mesmo tempo, comparar divergências e convergências. No caso do Ciclo econômico Tropeiro do Paraná, os processos econômicos, sociais e culturais refletem e são reflexos dos agentes modeladores do espaço em diferentes escalas englobando e misturando linguagem e modos de fazer, uma vez que, os tropeiros empregaram sua leitura sobre o espaço, o lugar e a própria cultura. Os acessórios utilizados pelos tropeiros, os fenômenos físicos e antrópicos observados serviram como norteadores para a nomeação dos rios, serras, adaptando-os ao próprio ambiente se utilizando da fauna e flora tal como os povos indígenas com quem tiveram algum tipo de contato.

Desde os campos do sul até os lugares onde estão situados Sorocaba e São Paulo, são representados por um conjunto toponímico contidas nas classificações lexicográficas. O sentido de localização baseado no aspecto econômico e territorial tornou-se uma forma de explorar o espaço. O processo de abertura dos caminhos revelou como os locais foram denominados e caracterizou o tipo de *grupo* que ali vivia ou passou deixando a marca do ciclo econômico tropeiro como principal herança da região.

Levando em consideração a quantidade de elementos utilizados para a denominação comparando-se com as denominações atuais a percepção de que quase todo conjunto foi modificado ou substituído, colocando em xeque a importância ou relevância destas alterações levantando uma série de questionamentos acerca do tipo de topônimo empregado, sendo sua maioria de origem antroponímia, ou seja, nomes de pessoas, sobretudo, políticos frente à permanência de alguns topônimos provindos do ciclo tropeiro, muitas vezes não compreendido por parte da população pela alteração de algumas características naturais e/ou perca de alguns hábitos.

O processo de formação de um verbete em ambos os objetos é o reflexo dos processos sejam eles quais forem: políticos, econômicos, sociais, culturais. A construção do conjunto toponímico baseado nos aspectos naturais e dos hábitos criaram elementos norteadores para nomear os lugares e, a medida em que os hábitos e o modo como as leituras sobre esses foram modificados, os termos também foram alterados e/ou substituídos.

Fortaleza passou por profundas transformações enquanto vila e cidade até alcançar o status de metrópole na segunda metade do século XX. Das denominações originais de seus logradouros do bairro Centro, a própria Fortaleza até o final do século XIX, quase todos foram substituídos a medida em que as mudanças na sua morfologia urbana seguia algumas tendências: do levantamento cartográfico a partir de 1810, de melhorias e expansão da cidade em meados do século XIX até o ápice do processo de embelezamento e construção de equipamentos importantes (alguns ainda existentes) frente às constantes secas e epidemias ocorridas, ocasionando problemas que se prolongam até a atualidade.

Do ponto de vista da morfologia urbana, para além do perímetro central de Fortaleza, a denominação seguiu outro tipo de lógica a partir da década de 1930 quando há a última alteração dos nomes de alguns logradouros e este processo é levado para outros bairros que estavam surgindo a partir dos trilhos de bonde (símbolo da modernidade e expansão da cidade).

Atualmente, o bairro Centro possui cerca de 80 logradouros (ruas, becos, travessas, avenidas, praças, parques, dentre outros) e refletem a miscelânea de denominações com referências à colônia, ao império e à república. Embora o foco tenha sido o final do século XIX, alguns resquícios podem ser observados pelas ruas e demais logradouros, pois a questão política está presente, uma vez que, a intenção por trás do elenco de personalidades traz discursos e olhares de um grupo acerca da sociedade representando a produção do espaço urbano a partir dos agentes modeladores e elementos de ordem interna ou externa.

A memória, o processo de identificação e a identidades são alterados a partir da substituição dos nomes empregados como leitura do espaço por outro imposto, trazendo consigo, muitas vezes, um estranhamento do ponto de vista histórico, pois a origem daquele lugar se perdeu simbolicamente (a relação entre o lugar e o nome se perde quando o nome é alterado, pois o sentido também é alterado simbolicamente, pois os lugares permanecerão os mesmos, sobretudo os logradouros), mas também do ponto de vista linguístico quando um topônimo de origem indígena, por exemplo, que traduz o que aquele lugar significa é alterado por uma denominação estrangeira que, provavelmente, denomina também outros lugares.

A mudança repentina retira uma parte da identidade do lugar no momento em que a inserção de um elemento estranho descaracteriza a origem ou a própria história que está imbricada no próprio espaço cujo cerne das mudanças pelo qual passou estava imortalizado na denominação de algum elemento natural ou antrópico. A memória muitas vezes é selecionada como forma de subjugar outras e esconder fatos e acontecimentos de algumas personalidades frente a outras, evidenciando e tendenciando a história daquele lugar.

Desta forma, independentemente do tempo e espaço o estudo da toponímia em suas mais diferentes abordagens, permite a abordagem dos mais diferentes fenômenos e processos, de modo que, a leitura do espaço demonstra como ele se formou como tal a partir da introdução de elementos como os agentes modeladores, das instituições de memória, dos componentes naturais. Portanto, a riqueza destes estudos possibilita a observação e análise da cidade atual a partir dos acontecimentos do passado baseados nas mais variadas interpretações.

Todos os autores declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

**REFERÊNCIAS**

ABREU, Maurício. **Sobre a memória das cidades.** In: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios / Anna Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (organizadores). – 1.ed., 5ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2017.

ALMEIDA, Simone Aparecida Pinheiro de. **Economia tropeira paranaense formação de uma memória coletiva: aproveitamento para o turismo.** In: IV Congresso Internacional de História. Maringá: UEM, 2009, p. 3923-3936.

ANDRADE, Karylleila dos Santos; NUNES, Verônica Ramalho. Cultura e identidade no estudo dos nomes dos lugares. **Revista GTLex**, Uberlândia, vol. 1, n.1, jul./dez. 2015.

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica:**  poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, 2012. 297p.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). **Cronologia ilustrada de Fortaleza:** roteiro para um turismo histórico e cultural. Fortaleza: Edições UFC, 2001.

BATISTA, Patrícia de Oliveira. **A toponímia cearense no século XIX.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2011. 143 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. **Praças de Fortaleza.** Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil.** Coletânea de estudos. São Paulo: FFLCH/USP, 1987.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil.** Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O Sistema Onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. *In:* OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001, p. 79-90.

DIÈGUES JUNIOR, Manoel. **Regiões Culturais do Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará.** 2ª reimpressão. 6ª ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FERRARA, Lucrécia D’Alessio. **Comunicação, Espaço, Cultura.** São Paulo, AnnaBlume, 2008.

FERRAZ, Otacílio José Azevedo. **São Paulo Caminhos da Colonização – Viagens de Tropeiros entre Serras.** São Paulo: Antônio Bellini Editora e Cultura, 2002.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, pp. 65-83, jul./dez., 2000.

FORTALEZA. **A administração Lúcio Alcântara Março 79 / Maio 82.** Fortaleza: Gráfica Industrial S/A - GRAFISA, 1982.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza.** 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 1979.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

LOPES, Marciano. **Beco da Apertada Hora e outros becos, travessas, ruas e boulevards da Fortaleza antiga.** Fortaleza: Edições Livro Técnico/Premius Editora, 2001.

MACHADO, Brasil Pinheiro Machado. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Formação da Estrutura Agrária tradicional dos Campos Gerais. In: **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: UFPR, 1963 – v.3.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico.** São Paulo: Contexto, 2000.

MOREIRA, Hélio Costa. **A toponímia paranaense na rota dos tropeiros: Caminho das Missões e Estradas de Palmas.** Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, 2006. 286p.

MOREIRA, Hélio Costa. **A toponímia paranaense na rota dos tropeiros: Caminho das Missões e Estrada de Palmas.** Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\_397.pdf. Acesso em: 22.abr.2020.

NOLASCO, Caio; FREITAS, Roberta; BATISTA, Tomás. O planejamento urbano e a consagração da rua. **Revista Eclética**, Rio de Janeiro, n. 24, 2007, p. 47-51.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. Festas religiosas, santuários naturais e vetores de lugares simbólicos. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 8, p. 93-106, ago./dez. 2011.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque:** reforma urbana e controle social (1860-1930). 5ª ed. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da economia urbana no Brasil (1500/1720).** São Paulo: Brasiliense, 1968.

SILVA, Gleilson Angelo da. **Vou à rua:** estudos sobre os logradouros do Centro de Fortaleza através da Geografia e Toponímia. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019, 248p.

SILVA, José Borzacchiello da. **Formação socioterritorial urbana.** IN: De cidade à metrópole: (trans) formações urbanas em Fortaleza. José Borzacchiello da Silva, Maria Clélia Lustosa Costa, Eustógio Wanderley Correia Dantas. (Org). Fortaleza: UFC, 2009.

SILVEIRA, Leonor Marcon da. A ocupação espacial do território paranaense face aos recursos da natureza. **Revista Acta Scientiarium**, Maringá, nº 20, pp. 129-136, 1998.

TERRIN, Aldo Natale. **Nova Era:** a Religiosidade do Pós-Moderno. São Paulo: Loyola, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TRINDADE, Jaelson Bitran. **Tropeiros.** São Paulo: Editoração, Publicações e Comunicações, Ltda, 1992.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas:** percursos no fim do século. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

1. Relativos às vias de comunicação rural ou urbana (DICK, 1990b). [↑](#footnote-ref-1)
2. Relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade (DICK, 1990b). [↑](#footnote-ref-2)
3. Relativos às posições geográficas em geral (DICK, 1990b). [↑](#footnote-ref-3)
4. Relativo aos elementos da cultura (DICK, 1990b). [↑](#footnote-ref-4)
5. Constituídos por frases ou enunciados linguísticos (DICK, 1990b). [↑](#footnote-ref-5)
6. Relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes (DICK, 1990b). [↑](#footnote-ref-6)
7. Relativo as formas topográficas. Resultante de acidentes hidrográficos, em geral (DICK, 1990b). [↑](#footnote-ref-7)
8. Relativo a santo ou lugar sagrado (DICK, 1990b). [↑](#footnote-ref-8)
9. Indicador cronológico (DICK, 1990b). [↑](#footnote-ref-9)
10. Disponível em: http://www.dicionarioderuasfortaleza.com.br/. Acesso em: 25. Mai. 2019. [↑](#footnote-ref-10)
11. Divisão de Manhattan geometricamente em lotes [...], cortados por 14 avenidas e 172 ruas perpendiculares (NOLASCO, FREITAS e BATISTA, 2007, p. 49). [↑](#footnote-ref-11)